

CORREIO BRAZILIENSE

Governo quer votar

O ministro Jorge Bornhausen tem sustentado, em seus encontros com lideranças parlamentares, a necessidade de reformas imediatas no regimento interno da Câmara e do Senado. Como ex-parlamentar, sente-se à vontade para fazer essas críticas, pois já as faz desde que era senador. Em resumo, acha que há projetos demais e votações de menos em ambas as casas. E é preciso fazer algo que equilibre esse processo e permita que o Legislativo — especialmente agora, às vésperas de um plebiscito que deliberará sobre a hipótese parlamentarista — mostre eficiência e presteza diante dos desafios da crise.

Bornhausen, na condição de coordenador político do Governo, está preocupado em acelerar as reformas, propostas desde o início do ano passado por Collor, através do **Projetao** e do **Emendão**. A primeira — e mais urgente — delas é a fiscal. O Governo já se dispôs a um significativo recuo: reduzirá consideravelmente o alcance da proposta inicial, de modo a torná-la o mais consensual possível. Não mais será, como se queria inicialmente, uma reforma tributária estrutural; mas uma vez, fica-se no terreno do “emergencial”. Há, ainda, na fila dos projetos prioritários, o que trata da modernização dos portos e o que altera os critérios de registros de marcas e patentes.

Tem sido difícil mobilizar os partidos. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, defende-se: as reformas não são consensuais. Bornhausen concorda, mas acha que isso não impede que sejam votadas. Pensa mesmo que, se o consenso for precondição para as votações, então nada nunca será votado. O Congresso, afinal, é a casa do dissenso. Ele quer que as reformas sejam simplesmente postas em votação, com ou sem consenso. Os adeptos e os adversários de

cada proposta que cuidem de arranjar aliados. Ele está certo de que a causa da modernidade, sustentada pelo governo Collor, é plenamente majoritária no Congresso e na sociedade. E o que há, concretamente, é que a minoria que a teme vale-se de artifícios regimentais para proteger a hora da vontade.

Uma sugestão em pauta — e que, em tese, Ibsen acha plausível — é a redução do quórum deliberativo na Câmara e no Senado. O Governo não pensa em outra coisa. Por isso, está empunhando, através de Bornhausen, a bandeira da reforma regimental. Na verdade, o número de parlamentares que efetivamente decidem as coisas em plenário é bem menor que o regimentalmente exigido. Reduzindo-se esse quórum, como já acontece em alguns países de maior tradição democrática, supõe-se que haverá um ganho significativo em eficiência e agilidade. E que, de quebra, diminuirá o número de parlamentares omissos. Outra idéia é reduzir ao máximo o número de deliberações em plenário, transferindo-se o que for possível para o âmbito das comissões técnicas. Com isso, além do ganho em agilidade, valorizam-se consideravelmente ambas as instâncias: as comissões técnicas tornam-se mais atraentes e o plenário torna-se palco apenas das grandes decisões nacionais.

Quanto à natureza e conteúdo dessas propostas, não parece haver maiores divergências entre parlamentares e Governo. O que dificulta o processo é a circunstância política: de um lado, o calendário eleitoral, que afasta os parlamentares de Brasília; de outro, a crise de Governo, gerada pelas denúncias de Pedro Collor, que enfraquece politicamente o Presidente. No meio desse tiroteio, movimenta-se o ministro Bornhausen.